

QUEBRA DE DECORO

Numa manobra regimental, o líder do governo no Senado, Romero Jucá, pede vista do projeto que cria regras de funcionamento para o Conselho de Ética da Casa. Tema só volta à pauta da CCJ após cinco sessões

Votação de regimento é adiada

LUÍZ CARLOS AZEDO

DA EQUIPE DE CORREIO

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), numa manobra regimental, impediu a votação, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do substitutivo ao projeto de resolução que cria um regimento interno para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Jucá pediu vista do relatório apresentado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) sobre o projeto do senador Valtér Pereira (PMDB-MS), adiando a votação por mais cinco sessões.

Uma das propostas do substitutivo prevê que, quando um senador for membro do Conselho de Ética, ou corregedor do Senado, e passar a responder a processo por quebra de decoro, será automaticamente afastado desse cargo. Se o senador for integrante da Mesa do Senado, ou presidente de comissão, e responder a esse tipo de processo, poderá ser afastado do cargo se o conselho assim o decidir. Outra proposta impede a eleição para o Conselho de Ética de senador que tenha sido condenado pela Justiça em primeira instância, mesmo que a sentença não tenha transitado em julgado.

Foco de tensão

A ausência de um regimento interno no conselho vem sendo um

foco permanente de disputas e tensões entre aliados e adversários do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), por causa das manobras para adiar a apreciação das representações existentes contra ele por suposta quebra de decoro parlamentar. O conflito no Conselho de Ética contaminou outras atividades do Senado, inclusive a própria CCJ, que é presidida pelo senador Marco Maciel (DEM-PE). Em reunião anterior, a comissão aprovou substitutivo do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que muda o regimento do Senado e determina o afastamento de integrante da Mesa que esteja sendo processado por quebra de decoro no Conselho de Ética.

Por causa dessa decisão e da aprovação do regimento interno do Conselho, Jarbas e seu companheiro de bancada Pedro Simon (PMDB-RS) foram substituídos na CCJ por dois aliados de Renan, os senadores Almeida Lima (PMDB-PB) e Wellington Salgado (PMDB-MG). A decisão do líder da bancada, Valdir Raupp (PMDB-RO), ampliou a crise no Senado e desestabilizou Renan, pois gerou protestos de outros parlamentares do PMDB e da maioria dos líderes dos partidos. A cúpula do PMDB também não gostou da decisão e o presidente da legenda, deputado Michel Temer (PMDB-SP), pressiona Raupp para que reconsidere a questão.

Foto: Daniel Ferreira/CB



JUCÁ (E) MOSTRA DOCUMENTO A DEMOSTENES TORRES E ADELMIR SANTANA: PROPOSTA IMPEDE QUE CONDENADOS NA JUSTIÇA INTEGREM O CONSELHO DE ÉTICA